

# A ARQUITETURA DA POLÍCIA E A POLÍTICA DA TERRA

Natália Lelis

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais– Belo Horizonte, MG, Brasil, natilelis@gmail.com

**Palavras-chave:** arquitetura de terra, produção do espaço, representações sociais, política

## Resumo

Este trabalho sistematiza uma reflexão iniciada em 2002, que procura entender porque há na cultura brasileira tão forte resistência à arquitetura de terra. A abordagem proposta é que a reprodução social brasileira, ao historicamente se centrar na produção do espaço, especialmente através da construção civil e do mercado imobiliário, (re)produz uma ordem do espaço – a arquitetura da polícia. Ela se expressa materialmente na estruturação de uma forma hegemônica de construir edifícios e cidades, da qual são excluídas técnicas, sistemas e materiais. Envolve desde a criação de uma representação social do que é ser moderno em termos de práticas cotidianas ao desenho da formação de profissionais (especialmente engenheiros e arquitetos) que têm pouco conhecimento para além dessas formas hegemônicas. E se torna normativa através das políticas públicas e da ordem jurídica do espaço (das normas da ABNT aos códigos de obras). A arquitetura de terra, como prática que realiza materialmente uma fissura nessa ordem, torna-se uma prática espacial política, e tende por isso a ser combatida. Ela tende a ser apropriada como prática de exceção, presa, por um lado, nos fetiches do “alternativo” e, por outro, na precariedade da falta de opções de moradia digna. De acordo com essa noção, a luta pela ampliação das possibilidades de realização de arquitetura de terra no Brasil há que se dar com ênfase na ocupação dos espaços simbólicos de arquitetura cotidiana. Essa política da terra define a (re)construção das representações sociais e envolve também a formação de mão de obra qualificada. A ocupação dos espaços simbólicos de revistas de ampla circulação, concursos gerais de projeto, realização de visitas guiadas a construções contemporâneas em terra, ao criarem uma nova expectativa em relação a essas práticas não-hegemônicas, talvez tenham um papel (re)estruturante na ampliação das possibilidades de realização da arquitetura de terra no Brasil.

## 1. INTRODUÇÃO

A toda ordem social corresponde uma ordem espacial, aqui chamada “arquitetura da polícia”. Essa expressão se constitui a partir de três noções básicas: dois sentidos da arquitetura – tanto o modo de estruturação do espaço construído (processo<sup>1</sup>) quanto a configuração material que esse espaço apresenta (objeto) – e da concepção de polícia como caráter de toda ordem instituída. Entendida como ordem do espaço, a arquitetura da polícia inclui a sua materialidade, seus modos de estruturação e seus mecanismos de reprodução. Ela se expressa por uma correspondência direta e retroalimentadora entre as expectativas sociais quanto ao espaço edificado, as competências profissionais e a ordem socioeconômica. A articulação entre essas três dimensões cria um sistema hegemônico, que estabelece fronteiras de invisibilidade para outras arquiteturas ou as reelabora, mantendo-as dentro de limites que ou reforçam ou ao menos não ameaçam os processos de reprodução da ordem.

No Brasil, a arquitetura da polícia apresenta uma forma de produção do espaço que passa a ser entendida como a única possível<sup>2</sup>. Especificamente em termos de construção de edifícios, o conjunto do único possível é composto pelas estruturas em concreto armado e alvenarias em bloco cerâmico, com as variáveis da alvenaria estrutural, do bloco de cimento e das estruturas metálicas. As estruturas em madeira (incluindo o bambu) e em terra por

<sup>1</sup> Processo aqui engloba tanto as ações e relações mais diretamente implicadas na construção de edificações (projeto e execução) quanto um modo específico de estruturação de condições de reprodução do conjunto (neste caso mais próximo do sentido de arquitetura em arquitetura de sistemas).

<sup>2</sup> Ranciére (1996) argumenta que a ideologia do “único possível” é uma característica da contemporaneidade, presente em vários aspectos, ainda que ele não esteja falando em termos de espaço.

estarem do lado de fora das fronteiras do sistema, tendem a ser viabilizadas apenas como “extra” ordinário e serem impedidas de se tornarem alternativas normais, ordinárias.

Essa aproximação ajuda a explicar as dificuldades da difusão da arquitetura de terra no Brasil e visa contribuir para o seu enfrentamento. Ela aponta que essa difusão depende de um conjunto de atos políticos que se configuram especialmente em termos de uma disputa pelo imaginário.

Este texto, em primeiro lugar, sintetiza os principais aspectos históricos da arquitetura da polícia. Em segundo lugar, apresenta em linhas gerais como ela se estrutura atualmente e, em seguida, pontua a dimensão política da arquitetura de terra. Por fim, aponta, ainda de maneira bem preliminar, alguns exemplos de concretização dessa dimensão, que têm potencial para rupturas na ordem do espaço, aumentando as possibilidades de difusão da arquitetura de terra no Brasil.

## **2. RAÍZES HISTÓRICAS: O JECA TATU, A ARMAÇÃO DO CONCRETO<sup>3</sup> E A CONSTITUIÇÃO DO IMAGINÁRIO ESPACIAL BRASILEIRO**

Além do acesso seletivo e desigual à terra urbana e rural (Martins, 2010), a construção do projeto de modernização brasileiro constitui uma arquitetura específica da ordem do espaço, através de diferentes elementos. Já no início do século XIX, com a instalação da corte portuguesa no Brasil e a famosa Missão Francesa, a Academia que é criada aqui traz um padrão específico de produção do espaço, que já se coloca inicialmente como superior e sem compromisso com qualquer diálogo com a realidade espacial local. Nesse momento, adotar os padrões construtivos, arquitetônicos e urbanísticos importados é símbolo de *status* social. As reformas urbanas de embelezamento e a influência do sanitarismo urbano que chegam ao Rio de Janeiro ainda no século XIX expressam o aburguesamento do espaço e a exclusão sistemática dos pobres da cena urbana (Maricato, 2004). Além disso, a mão de obra europeia que chega para trabalhar na construção civil traz consigo o domínio de outros materiais construtivos, não mais o adobe, a taipa e a pedra. O tijolo cerâmico foi introduzido no Brasil em meados do século XIX (Santos, 2008), com o processo de substituição do escravo pelo imigrante europeu na construção civil. A alvenaria em tijolo cerâmico era inicialmente empregada em edifícios públicos e palacetes, e passou a ser largamente difundida, utilizada nas mais variadas tipologias, de terreiro para secagem de café a habitação operária. Até o início do século XX, a alvenaria em tijolo cerâmico supera a terra nas principais cidades brasileiras.

A consolidação da formação em engenharia no Brasil se dá no contexto de adoção de parâmetros, modelos, tecnologias e materiais importados (entre eles o positivismo), os quais pautam as remodelações urbanas e o desenvolvimento da construção civil. O desenvolvimento da engenharia no Brasil é atrelado ao desenvolvimento de um tipo específico de industrialização e de capitalismo (no século XIX): a adoção em larga escala de materiais e sistemas como aqueles ligados à estrutura de ferro e ao fechamento em alvenaria cerâmica. Aquilo que os novos especialistas em projetos de edificação desenham e que os novos operários sabem executar já se coloca de início como moderno, em contraposição às formas, aos materiais, aos sistemas e aos métodos locais ditos arcaicos e pouco higiênicos. O fato de que os imigrantes trazem consigo um conhecimento construtivo pronto e que o trabalho na construção civil se constitui como alternativa ao trabalho nas lavouras, além do próprio caráter simbólico da técnica e do material modernos, certamente tem um papel importante no fato de que a evolução da construção civil no Brasil se deu pela adoção de materiais e técnicas novos e não pelo desenvolvimento daqueles já existentes (adobe, taipa, pau a pique, madeira).

A literatura do fim século XIX torna-se uma das formas de expressão-construção de uma imagem negativa dos hábitos e das moradias dos pobres, o que é particularmente

---

<sup>3</sup> “Armação do concreto” é uma expressão de Santos (2008).

perceptível em O Cortiço, de Aloísio Azevedo, publicado originalmente em 1890 (Marins, 1998; Rago, 1987).

Esses processos se aprofundam na virada do século, e criam as condições nas quais se dará a entrada e a difusão do concreto armado no Brasil no século XX. A importância estratégica da figura do engenheiro na consolidação do modelo de industrialização periférica e desenvolvimento dependente no Brasil é tal que Pereira Passos torna-se prefeito do Rio de Janeiro em 1904 (Santos, 2008). No início do século XX, as noções que vinham se formando quanto aos novos padrões de produção do espaço se tornam mais fortemente normativas, com a instituição dos primeiros códigos de posturas. Mais que precursoras da legislação urbanística e construtiva atual, essas leis eram verdadeiros manuais de como viver na cidade, estabelecendo padrões de comportamento no espaço público. Como regulação urbanística e construtiva, elas alteraram o tamanho e a construtibilidade dos lotes urbanos, modificando o valor da terra e reforçando os processos de expulsão dos pobres. Além disso, os novos parâmetros urbanos foram sendo mais e mais usados para justificar a demolição de áreas centrais nas cidades (onde moravam as famílias pobres). Os programas escolares de educação básica (ainda que naquele momento inacessíveis à maioria da população) tiveram um papel importante na difusão desses novos valores. O papel central na construção do imaginário espacial moderno foi desempenhado pela temática da higiene pessoal e urbana que, colocada como questão de saúde pública, se tornou a grande porta de entrada para todos os outros valores que seriam incutidos. A figura emblemática desse processo é o Jeca Tatu<sup>4</sup>, figura mítica da utopia negativa de tudo o que se tornava objeto de superação. O Jeca Tatu foi utilizado em inúmeras campanhas públicas de difusão de hábitos de higiene pessoal, que carregaram consigo uma campanha massiva contra o uso da terra na construção de moradias. A literatura, assim, encarna um projeto pedagógico que vai deixar marcas profundas na representação social das arquiteturas tradicionais no Brasil: atraso, pobreza, doença, sujeira. A partir daí e cada vez mais, as construções precárias em terra e madeira comporão a totalidade da imagem social da arquitetura tradicional e os problemas a elas associados passarão a ser vistos como pertencentes à natureza dos materiais.

A decadência material e simbólica da arquitetura tradicional brasileira, especialmente de terra, é acompanhada pelo fortalecimento de outras formas de construir, inicialmente a alvenaria em tijolo cerâmico (com o tempo substituído pelo bloco cerâmico) e logo em seguida com a incorporação do concreto armado.

A sedução da arquitetura brasileira pela Arquitetura Modernista é bastante documentada, com um registro particularmente interessante na autobiografia de Lúcio Costa (Costa, 1995). Essa apropriação tornou-se ainda mais reforçada pelo modo como marcou a inserção do Brasil no *mainstream* arquitetônico internacional. Inicialmente, o concreto armado foi utilizado na construção de grandes edifícios públicos, que buscavam encarnar o poder, a força e o potencial do Estado brasileiro<sup>5</sup> (Santos, 2008). O concreto armado e a alvenaria

---

<sup>4</sup> Jeca Tatu é personagem principal do livro *Urupês*, de Monteiro Lobato, publicado pela primeira vez em 1910. É apresentado como um sujeito apático e enfraquecido pelas doenças que a sua vida sem higiene lhe causam. A redenção do Jeca é a sua inserção na modernidade, quando se torna saudável e arruma emprego. O agente espacial dessa mudança envolve a substituição de sua precária casa em pau a pique (taipa de mão) por uma moderna casa de alvenaria.

<sup>5</sup> A adoção dos cânones do Movimento Moderno, especialmente corbusianos, no Brasil, dá-se em um contexto da construção muito específico, como demonstra Santos (2008). Nesse momento, ainda não havia infraestrutura industrial que sustentasse os novos métodos de construção – como exemplo, o aço, o cimento e o vidro ainda eram importados da Europa. A consolidação do concreto armado como hegemônico na construção civil é inseparável da agenda pública de modernização do país e das maneiras pelas quais se deu essa modernização. São construídos no mesmo processo: (a) o desenvolvimento de uma indústria nacional e a redução das importações; (b) a presença política de Lúcio Costa na criação de órgãos como o IPHAN e na reformulação dos cursos de arquitetura e urbanismo; (c) a disseminação e a reformulação dos cursos de engenharia civil; (d) o financiamento privado das pesquisas acadêmicas; (e) a constituição e a atuação dos órgãos de classe; (f) as maneiras pelas quais se forma a ideia de industrialização na construção civil; e, (g) a consolidação de uma nova estética que começa pelos grandes edifícios públicos que simbolizam o desenvolvimento, passa pelos edifícios privados ligados à industrialização e chega à moradia dos pobres.

em tijolo cerâmico (e bloco cerâmico) passam a ocupar uma posição cada vez mais privilegiada nos cursos de graduação em Engenharia e Arquitetura, bem como no sistema de normas construtivas que se desenvolve. Esses materiais compõem o padrão dos edifícios públicos e dos projetos premiados nos concursos de arquitetura que acontecem no Brasil, durante décadas (Santos, 2008).

Do ponto de vista das dinâmicas econômicas, o concreto armado e a alvenaria em tijolos cerâmicos (especialmente até meados do século XX) e blocos cerâmicos se prestaram bem à construção de uma indústria da construção civil, que absorve boa parte do imenso contingente de mão de obra não qualificada que não consegue inserir na indústria automotiva (e de outros bens de consumo) no período de maior desenvolvimento da industrialização no país. O crescimento do papel da construção civil na economia brasileira coloca esse setor em uma posição cada vez mais central, e contribui para o fortalecimento de um grupo de agentes específicos que compõem ao longo do século XX a estrutura da cadeia produtiva. Em relação às dinâmicas de urbanização, o concreto se prestou bem à autoconstrução precária, um dos pilares da modernização brasileira (Kowarick, 1979). Ele possibilitou que, ao mesmo tempo, a produção precária de habitação fortalecesse o crescimento do setor (crescimento e universalização do mercado), a autoprodução precária da moradia mantivesse baixos os custos de reprodução da força de trabalho.

Todos esses fatores, articulados, criam as condições de reprodução de uma ordem de produção do espaço centrada na hegemonia do concreto armado e da alvenaria em bloco cerâmico. Tais condições ainda marcam nosso cotidiano, entre elas: as normas e a regulação urbana são pensadas para o concreto; os projetos nos cursos de arquitetura partem do princípio de que o concreto é o “normal” (Santos, 2008); o concreto ocupa lugar privilegiado nos currículos de engenharia civil e arquitetura; há poucos formadores preparados para ensinar outras técnicas; projetos em concreto armado têm mais chance de serem financiados; a indústria do cimento (e, mais recentemente, do aço) financia parte considerável da pesquisa acadêmica no setor; os materiais são encontrados em qualquer loja de material de construção; o concreto armado é altamente compatível com as características do setor da construção civil no Brasil. Da mesma forma, as consequências desse padrão de reprodução são diariamente sentidas: pouca industrialização da construção; pouca evolução na pesquisa em outros materiais, técnicas e sistemas construtivos; dificuldade em realizar projetos inovadores em larga escala; imaginário social acredita no concreto armado – dificuldade em implementar experiências inovadoras em habitação de interesse social; imaginário acadêmico acredita no concreto armado: dificuldade em formar novas gerações de profissionais que tratem o concreto de maneira crítica e que dominem outros sistemas; perda da possibilidade de exploração e desenvolvimento das técnicas tradicionais, como madeira, pau a pique e adobe.

### **3. ALGUNS ELEMENTOS DA ORDEM ESPACIAL**

#### **3.1. As expectativas sociais: formação da demanda**

A maioria dos brasileiros das classes médias e das classes altas vê a produção de arquitetura em terra como uma expressão de falta de alternativa. Os profissionais que trabalham com planejamento e projeto participativo em assentamentos de interesse social afirmam, com frequência, que há uma resistência enorme por parte dos moradores em relação aos materiais e sistemas construtivos não convencionais. Mesmo em comunidades rurais, as famílias costumam ver como conquista a passagem de uma casa em madeira e terra para uma casa em concreto armado e alvenaria em bloco cerâmico. A maioria das pessoas acredita que o mais adequado, mais durável, mais bonito, moderno e de melhor custo-benefício que podem desejar é uma boa construção estruturada em concreto e fechada em bloco cerâmico. Essa expectativa homogênea é a expressão de uma demanda social em relação à arquitetura.

A formação da demanda se refere à constituição de um conjunto de sentidos e valores que define as expectativas sociais quanto ao objeto construído. Trata-se de uma das dimensões

daquilo que se costuma chamar de cultura e que se expressa em termos de como é uma cidade desejável e como é uma arquitetura desejável. Assim, há, na sociedade, uma intuição quanto a o que é uma boa construção, o que é uma boa arquitetura – um conjunto específico de características que são atribuídas aos objetos e que os hierarquizam. No entanto, vários autores argumentam que os valores e os sentidos dos artefatos arquitetônicos não são imanentes. São construções históricas. Entre eles, vale lembrar Stevens (2003), que mostra como a noção de boa arquitetura vem sendo construída ao longo da história da profissão<sup>6</sup>.

Os projetos que saem nas principais revistas de arquitetura e de engenharia civil, bem como os projetos premiados em concursos desempenham um papel importante na reprodução das representações sociais, no caso dos materiais, das técnicas e dos sistemas construtivos (Stevens, 2003). Além disso, as próprias edificações contribuem no processo. Tudo o que cria padrões de comportamento (e de consumo) que se tornam modelos para a sociedade cria também padrões espaciais, que tendem a ser seguidos. Assim, dos cenários do cinema e da televisão aos próprios bairros de elite e edifícios não residenciais que expressam poder, há um conjunto de referências espaciais simbólicas que se tornam modelos em alguma medida.

Como exemplo da atribuição de valores na formação da cultura construtiva, é possível mencionar as diferentes maneiras de perceber a precariedade: há habitações precárias construídas em pau a pique e há habitações precárias construídas em concreto armado e bloco cerâmico. No primeiro caso, o senso comum considera que a causa da precariedade está no pau a pique, é inerente a ele. No segundo caso, o problema é atribuído ao mau uso do material e da técnica, em si mesmos excelentes.

Esses valores ligados ao ambiente construído, uma vez consolidados no imaginário, se tornam normativos, e tem sua reprodução assegurada através da criação das normas técnicas e da legislação que regula a construção. Elas também se tornam centrais nos desenhos dos cursos de capacitação profissional, como nos cursos de graduação em engenharia civil e arquitetura e urbanismo (Santos, 2008).

A demanda social por um tipo específico de produção do espaço, entendido como o normal e o desejável, encontra sua dimensão estatal nas demandas por políticas públicas, especialmente habitacionais. Outra expressão da demanda social é o desenho específico de uma demanda por recursos, que define que tipo de objeto construído que pode ser financiado.

A força dessa homogeneidade da demanda pode ser percebida de maneira emblemática nas lutas sociais. O material e o sistema construtivo não figuram entre as diversas críticas que os movimentos sociais por moradia fazem às políticas públicas de habitação. No mesmo sentido, a conquista da arquitetura e da engenharia públicas (Lei de Assistência Técnica) aparece como a possibilidade de prevenir o chamado “risco construtivo” a partir de uma orientação técnica adequada quanto às edificações – procurando combater os problemas decorrentes da falta de projeto e da má execução. Nos dois casos, não se identifica uma busca pelo aumento das opções quanto ao material e ao sistema construtivo.

---

<sup>6</sup> A naturalização dos valores atribuídos aos objetos construídos, não apenas dentro dos círculos especializados, mas na sociedade como um todo faz parte da estruturação do *habitus* e inclui a produção e a reprodução de representações sociais. O conceito de *habitus* foi definido por Bourdieu (1983) como o um sistema de disposições que caracterizam as pessoas a partir de sua posição no espaço social (em função de uma relação entre capital econômico e capital cultural). A formação do *habitus* inclui a estruturação de todo o sistema simbólico dos agentes sociais. As noções que compõem esse sistema simbólico são as representações sociais (Lelis, 2007b). A teoria das representações sociais foi criada por Moscovici (1978) na década de 1960 e vem se fortalecendo significativamente como estudo do senso comum. É um modelo teórico que permite explicar os processos de produção e reprodução de conceitos na sociedade, e o papel dos meios de comunicação e da intersubjetividade nesses processos. Jovchelovich (2000) analisou a relação entre representações sociais e espaços públicos no Brasil. Lelis (2007a) argumenta que grande parte das noções socialmente compartilhadas em relação à arquitetura e tidas como verdades não passam de representações sociais.

### **3.2. As competências profissionais: formação da oferta**

Desde a sua criação no Brasil, os cursos de graduação das áreas de engenharia civil e arquitetura adotaram padrões construtivos estrangeiros e descolados da realidade local. Apesar das inúmeras mudanças que aconteceram ao longo de décadas de formação, não houve uma retomada significativa de pesquisa e desenvolvimento da construção vernácula. É possível perceber nos currículos, em geral, que o concreto armado e os blocos cerâmicos ocupam papel de destaque em várias disciplinas. Os cursos de graduação combinam a consolidação de uma cultura construtiva que exclui e invisibiliza a arquitetura em terra, inscrevendo-a nos limites do patrimônio histórico com a exclusão efetiva da terra como possibilidade construtiva, pela ausência dessa temática na formação em materiais, sistemas e processos construtivos. No que se refere aos estudos de tecnologia e racionalização da construção, isso é ainda mais marcante. Nos últimos anos, na evolução da construção civil há uma inserção maior das estruturas metálicas e da alvenaria estrutural que, de muitas formas, não mais que complementa a hegemonia existente. A exclusão cada vez maior das disciplinas de base ambiental (aquelas que lidam especificamente com conhecimentos sobre sol, vento, vegetação, solo e água), bem como as disciplinas que embasam e aprofundam os estudos sobre constituição e comportamento das estruturas, nos cursos de arquitetura, contribui significativamente para reforçar esse processo. À medida que ganha força o debate crítico quanto à produção do espaço, centrado em relações sociais e rebatimentos territoriais, o espaço enquanto suporte físico que condiciona essas dinâmicas torna-se cada vez menos presente. Esses aspectos, combinados, fazem com que os profissionais formados sejam cada vez mais reduzidos a operadores dos modelos hegemônicos e cada vez menos capazes de questionar esses modelos ou de criar opções. Apesar da ausência da arquitetura em terra ser quase generalizada nas disciplinas que tratam de materiais e de sistemas construtivos isoladamente, em alguns casos, especialmente nos últimos anos, ela aparece. A madeira aparece ainda mais, especialmente nos cursos de engenharia civil, de forma isolada. No entanto, mesmo quando esses conteúdos são em algum momento aprendidos, é ainda mais raro que eles sejam aplicados em disciplinas de projeto. Nessas disciplinas, que têm o maior papel na formação das referências para a prática profissional (Stevens, 2003), a ordem do espaço exerce forte hegemonia. Tanto porque há carência de professores de projeto que sejam qualificados para orientar projetos em terra quanto porque os professores de projeto tendem a não ver a terra como uma opção viável. Os trabalhos finais de graduação, bem como a hierarquia entre eles definida pelos concursos, privilegiam a consolidação e a reprodução da ordem do espaço (Santos, 2008; Stevens, 2003).

As representações sociais referentes à produção do espaço se reproduzem também nos meios acadêmicos especializados. São as representações sociais acadêmicas (Lelis, 2007b). No que se refere à arquitetura em terra, ela também tende a ser percebida de maneira negativa dentro das próprias escolas que formam os especialistas da construção – os arquitetos e engenheiros.

### **3.3. O lugar da produção do espaço na ordem socioeconômica**

A convergência entre as expectativas sociais e as capacidades profissionais em relação ao ambiente construído está diretamente ligada ao papel que a reprodução do espaço tem na manutenção da ordem socioeconômica brasileira. Esse papel pode ser percebido na contemporaneidade em termos de mercado imobiliário e da cadeia produtiva da construção civil. A construção civil não apenas tem uma participação importante na produção em geral (participação do setor no PIB) como atua como estabilizador em situações de crise da economia, além de absorver um grande contingente de mão de obra de baixa qualificação, equilibrando os índices de desemprego (especialmente nas metrópoles). O mercado de terras determina as dinâmicas de configuração do espaço metropolitano e não apenas mantém a relação entre poder político e poder econômico como permite novos e renovados processos de reprodução do capital em tempos de financeirização (Fernandes, 2008; Fix, 2007; Maricato, 2000; Lelis, 2013).

Uma das maneiras como esse aspecto da arquitetura da polícia se realiza foi demonstrada por Shimbo (2012) em Habitação Social de Mercado. Ela explica como a estruturação da cadeia produtiva da construção civil no Brasil ligada à Habitação Social articula uma rede específica na qual a homogeneidade é determinante. A padronização dos projetos arquitetônicos e de seus detalhes (padronização do produto), a padronização e o controle rigoroso de todas as ações dos operários no canteiro (padronização do processo), a fixação de uma rede de fornecedores (poucos e grandes grupos) compõem a previsibilidade nos processos de produção arquitetônica, condicionante última para a financeirização do processo. O capital financeiro necessita de uma boa margem de segurança quanto aos prazos e valores de retorno dos investimentos para atuar.

Em alguma medida, esse trabalho atualiza a análise feita por Ferro na década de 1970 (Ferro, 1982). Ele apontava a necessidade de entender a arquitetura a partir de seu processo de produção, e propôs uma crítica baseada no estudo da configuração e do funcionamento dos canteiros de obras. Para Ferro, aquilo que era percebido como evolução na construção civil brasileira estava muito mais associado à sofisticação das formas de controle da ação (de todos os gestos) do operário no canteiro que a uma evolução propriamente dita de tecnologias construtivas. É possível perceber na literatura atual sobre racionalização e eficiência na construção civil a importância que essa certa “maquinização” do operário tem, e como de fato muitos autores concordam que a produtividade (eficiência nos processos) da construção civil no Brasil é pequena quando comparada à de outros países. Shimbo (2012) mostra o alto nível de sofisticação do controle da produtividade no canteiro, com utilização de softwares específicos, e como se trata mais de controlar a produtividade dos trabalhadores que de aumentar a mecanização, como exemplo.

O estudo da autora aponta que essa previsibilidade da produtividade no canteiro não é a única condição para a financeirização. Ela também depende de um marco regulatório que não apenas possibilite as operações como dê segurança ao investidor. Esse marco regulatório vem sendo reforçado no Brasil. No entanto, o maior estímulo ao processo veio pela ação direta do Estado, com a criação do Programa Minha Casa Minha Vida, em que o governo garante a demanda, assumindo todos os riscos do financiamento, possibilitando alto nível de segurança para o investidor. O Programa, criado para fortalecer o sistema, tende a ser extremamente restritivo em relação a processos de produção do espaço externos e ele.

Nos três grandes aspectos da arquitetura da polícia, como visto, a atuação do Estado é fundamental, como regulador direto da formação profissional (através dos currículos), como regulador da construção civil (através da legitimação das normas técnicas e da criação dos códigos de obras), como regulador da produção de larga escala (através das políticas públicas) e como regulador das condições determinantes da reprodução do espaço urbano (legislação incidente nos processos de crescimento urbano, contratos, locações, incorporações, titularização, etc.). O Estado também exerce o papel de produtor direto do espaço, especialmente a partir das grandes obras públicas (que se tornam modelos de grandes arquiteturas) e de obras públicas cotidianas de caráter simbólico, como escolas, prefeituras, praças, etc.

#### **4. A POLÍTICA DA TERRA E SUAS LIMITAÇÕES**

A arquitetura da polícia, ainda que totalitária, não consegue ser total. Aqui e ali, o espaço se produz de maneiras não prescritas por esse sistema. A primeira reação da ordem é tentar manter essa “parte do que não tem parte” do lado de fora da fronteira do mundo compartilhado, a partir da desqualificação e da invisibilidade. Como colocado, um dos mecanismos de reprodução da ordem do espaço é apresentar-se e ser percebido como o único possível.

Nesse sentido, a contribuição de Rancière (2005) é central: a ordem social estrutura-se e mantém-se através de uma estética específica que define o mundo como um conjunto de elementos que é socialmente percebido e a maneira pela qual é percebido – nas palavras

do autor, uma partilha do sensível. Ele coloca seu argumento especialmente em relação à linguagem falada e às artes. A abordagem que se propõe (Lelis, 2015) extrapola essa perspectiva para o espaço. O espaço construído é percebido de maneiras específicas, compartilhadas socialmente, que também estabelecem fronteiras e invisibilidades. Mais que o suporte no qual a ordem social se realiza, o espaço é ele mesmo, um elemento da ordem, cujas condições de reprodução são dadas também pela parte dele que é percebida.<sup>7</sup> A ordem social e a ordem espacial determinam-se e sustentam-se dialeticamente. Para Rancière, toda ordem instituída é polícia. Acrescenta-se que essa polícia tem uma dimensão tangível, processo e produto, por isso arquitetura.

No caso brasileiro, as condições de reprodução da arquitetura da polícia implicam a exclusão das maneiras de produzir espaço que não se enquadram no sistema. A arquitetura, pela sua própria existência, é a demonstração tangível de uma possibilidade. Por isso toda arquitetura que não serve à ordem é combatida, de traçados urbanos a edificações. A arquitetura de terra presta-se muito bem ao questionamento da dependência de materiais e de técnicas construtivas que desempenham um papel importante na cadeia produtiva da construção civil brasileira. Ela expõe as frestas do sistema e provoca uma ruptura instituindo-se materialmente como outro mundo. Por causa dessa dimensão política concreta, a ordem policial de configuração das percepções opera tornando a arquitetura em terra sistematicamente invisível.

Nos últimos anos, há uma retomada da arquitetura em terra no Brasil e, diante da dificuldade crescente em mantê-la invisível ou vista da maneira absolutamente negativa que lhe foi atribuída ao longo da história, a ordem policial adota uma estratégia de segunda ordem, a da apropriação e reelaboração. Rancière (1996) demonstra que a política é ocasional e rara, pois, uma vez que o ato político rompe e reconfigura o mundo sensível (partilhado), a ordem tende a absorver essa perturbação e se readaptar, criando uma outra polícia. A reaparição política da arquitetura em terra na cena da construção civil no Brasil, em um momento particularmente marcado pela primazia (econômica e política<sup>8</sup>) da hegemonia de produção do espaço é absorvida e reelaborada, de maneira tanto a caber dentro de certos limites que não ameacem a totalidade da ordem quanto a ser instrumentalizada pelo mercado de produção do espaço como produto especial.

As arquiteturas não hegemônicas tendem a ser enquadradas como possibilidades restritas a alguns contextos: (a) arquiteturas contra hegemônicas<sup>9</sup>, com o rótulo do “alternativo” e das propostas totalizantes, contra o capitalismo, a ciência moderna, o individualismo, o consumismo, etc.; (b) arquiteturas sustentáveis, não raros compondo os diferenciais no mercado dos espaços de luxo (arquitetura em terra, madeira e bambu como fetiche), incluindo aqueles voltados ao turismo cultural e (c) arquiteturas históricas que, em novas construções, só cabem se a proposta é reproduzir o imaginário da arquitetura dita colonial. Esses enquadramentos têm em comum o fato de dissimularem a dimensão cotidiana da arquitetura em terra. Para além da percepção como ligada à falta de opções – cuja erradicação aparece como objetivo – essa arquitetura retorna em anos recentes como produção excêntrica, extraordinária, alternativa. Em um aparente paradoxo, ela se torna a opção dos que não têm opção (estão fora do mercado), a opção dos que se põem o mais fora do mercado possível e uma opção do mercado de luxo (como um produto diferenciado). São partes de uma mesma estratégia cujo resultado é manter essa arquitetura fora das fronteiras da produção cotidiana de espaço, aquela da vida comum, normal, média, da grande maioria das pessoas que vivem e consomem arquitetura.

Dessa forma, o sistema da arquitetura da polícia se fecha e esconde suas frestas. A despeito de se estruturar através da escala macro, é no cotidiano que essa polícia se

---

<sup>7</sup> Lefèbvre (1991) argumenta que, no capitalismo contemporâneo, o espaço deixa de ser o suporte e o lócus da produção para ser também seu objeto e, conseqüentemente, objeto dos conflitos em torno da produção.

<sup>8</sup> No sentido corrente do termo.

<sup>9</sup> O crescimento da bioarquitetura que, no Brasil, sai da perspectiva mais ampliada da permacultura e cria uma nova subcategoria profissional (o bioarquiteto e bioconstrutor) é um exemplo marcante.

realiza. É nos lugares mais comuns da vida cotidiana e de seus sujeitos que a hegemonia do concreto e do bloco cerâmico se perpetua, sustentada pelas representações sociais que se constroem e se consolidam no mesmo cotidiano. E é precisamente aqui que se realiza, também, a constituição de diferenças e o embate e a modificação das representações sociais. Nesse sentido, a leitura do momento político de Rancière como momento espaço possibilita uma compreensão do espaço diferencial lefebvriano<sup>10</sup> como mundo dentro mundo. Uma constituição do espaço do diferente e das diferenças no seio do espaço abstrato homogeneizador vivido hoje. Antes ou além de dizer das possibilidades de outros espaços, as arquiteturas em terra são outros espaços, e demonstram que a ordem não define o único possível. Sua difusão é também um processo político de disputa pelo imaginário, uma vez que não é possível separar a constituição de mundos da constituição de sujeitos que os constroem e que os percebem. Há que se romper com os espaços simbólicos concedidos atualmente pela ordem no imaginário social brasileiro. Esse embate só pode ser dar no cotidiano.

#### 4.1. Um lugar comum para a terra

A tarefa política de difusão da arquitetura em terra no Brasil passa pelas várias dimensões nas quais sua exclusão é operada, da identificação e divulgação das experiências cotidianas existentes à realização de arquiteturas cotidianas.

Em primeiro lugar, as três possibilidades da arquitetura em terra veiculadas no senso comum (mesmo o acadêmico) atualmente não expressam, de maneira alguma, a totalidade da produção dessa arquitetura no Brasil. Mas a maioria da sociedade não faz ideia disso. Existem comunidades tradicionais que ainda dominam as técnicas e produzem edificações duráveis, adaptadas ao sítio e que não podem ser classificadas como precárias. Existem profissionais especializados na área de projeto e construção de edificações que projetam e constroem em terra que não estão ligados a uma perspectiva anticapitalista ou mesmo alternativa, nem a soluções plásticas autoevidentes. Existem empresas de construção bem-sucedidas no mercado e que utilizam princípios sofisticados de gestão de obras que constroem em terra. Existem clientes com escolhas de vida convencionais e não comprometidos com os fetiches das técnicas que contratam arquitetura em terra. Existem professores qualificados que orientam projetos arquitetônicos em terra. Existem pesquisadores brasileiros com trabalhos consolidados em arquitetura e construção com terra.

Há que se ampliar a visibilidade dessas realizações. “Não como arquitetura em terra, mas como arquitetura”. Para ser percebida como uma opção nos mesmos termos é necessário disputar os mesmos espaços simbólicos. Alguns exemplos de ocupação dos lugares comuns de divulgação de arquiteturas: concursos de projetos de estudantes de graduação, especialmente “Opera Prima”; concursos de projetos para profissionais; revistas de arquitetura e de construção de ampla circulação nos meios especializados e não especializados; congressos de arquitetura e de construção; eventos relacionados a empresas e mercado de construção civil. Esses espaços e eventos de caráter mais geral tendem a ter pouca contribuição em relação à evolução da arquitetura em terra, mas podem ter uma contribuição enorme em termos de sua divulgação. Em relação aos concursos, nem sempre o objetivo único de participação é o prêmio. Muitas vezes, é uma forma eficiente de divulgação e tem um papel simbólico importante de autoafirmação. Em arte e em arquitetura, esse tipo de utilização desses espaços é perceptível na história. Além disso, a materialidade da arquitetura dá-lhe uma forma importante de difusão: a experiência corpórea do espaço. Ela é uma forma eficaz de demonstrar uma possibilidade. A prática já adotada por alguns arquitetos no Brasil de, sempre que possível, abrir as edificações para visitas guiadas é uma opção bastante interessante. O auto uso da arquitetura proposta para os outros também ocupa um lugar considerável. Em muitos processos de elaboração participativa de projetos em comunidades ou assentamentos de interesse social, é comum,

---

<sup>10</sup> Para um aprofundamento da leitura do espaço diferencial em Lefebvre e da sua aproximação com o momento político em Rancière, cf Lelis, 2015.

diante da tentativa de propor algo em terra, ouvir a pergunta: “Mas na sua casa é assim?” Em Minas Gerais, alguns arquitetos utilizaram a estratégia de construir suas próprias casas em estrutura metálica para utilizar como portfólio.

Além desses exemplos, que não são novos, existe a possibilidade de explorar os recursos privados que são gerados pelos incentivos fiscais à chamada responsabilidade social ou pelas exigências de contrapartida às empresas cujas atividades geram impactos que o demandem. Enquanto os recursos públicos para construção estão sujeitos ao controle hegemônico de produção do espaço, os recursos privados algumas vezes ficam menos restritos nesse sentido, pois as empresas que os disponibilizam precisam dar a contrapartida como resolvida logo para seguirem com sua atividade principal. No caso da mineração, esses recursos são altos e em algumas situações direcionados ao provimento de habitação e equipamento público. Existe ainda a situação da construção de novas cidades inteiras para populações removidas por barragens. Nesses casos, talvez seja possível construir algumas edificações em terra, que podem se tornar projetos-pilotos e depois atuarem como multiplicadores.

O maior desafio político da terra é se tornar um componente comum de produção do espaço. Isso significa habitar o imaginário como o que faz parte do normal, do cotidiano, do ordinário. No capitalismo contemporâneo, como demonstra Lefèbvre (1991), o espaço se torna produto. A existência de demanda é condição para que um produto seja bem-sucedido no mercado, e a disponibilização de recursos. A normatização protege o mercado, a legislação regula a produção e a circulação, a universidade capacita e desenvolve. Assim, a demonstração da eficácia técnica de um produto, para ter efetividade social, precisa estar associada à construção de uma representação social que constitua uma demanda social pelo mesmo.

Algumas empresas brasileiras mostram que a arquitetura em terra não é antimercado, não é anticapitalista nem antisofisticação por natureza. Essas empresas têm o papel político de demonstrarem o quanto essa arquitetura é capaz de “dialogar nos mesmos termos” no que se refere à produção do espaço no Brasil. Há que se dar visibilidade no mercado para esse potencial já experimentado mas pouco conhecido.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vantagens e a aplicabilidade da terra na construção são conhecidas nos meios especializados na temática, no Brasil. Há, no entanto, uma perceptível resistência ao crescimento do uso do material, construída e reforçada historicamente. Ela é caracterizada como cultural e ou como ligada a interesses econômicos e políticos<sup>11</sup>. O aprofundamento da reflexão quanto a essas dimensões traz à luz seus processos, sua força e suas lacunas.

A história da urbanização brasileira é também a história das dinâmicas imobiliárias que pautaram esse processo. A cadeia produtiva da construção civil, um de seus pilares, se apresenta como arquitetura da polícia, que define uma forma hegemônica de produção do espaço e exclui as outras. No entanto, essa ordem não é total, e algumas práticas o demonstram. A constituição de outros espaços, que no mínimo impõe uma lógica menos homogênea de produção do espaço não consegue romper a ordem a não ser por uma constituição política que realiza a um só tempo o outro espaço e a sua percepção como tal. Assim, a disputa se dá também no campo das percepções.

Uma vez que a produção de normas e de políticas públicas são campos de lutas, há que se levar em consideração quem entra no embate e com qual força. O desenvolvimento das pesquisas em relação à arquitetura em terra no Brasil tem sido significativo. O seu rebatimento em práticas que possibilitem a cada vez mais pessoas experimentarem com seus corpos essa arquitetura é uma luta política cotidiana. Essa reflexão pode contribuir para a definição ou o fortalecimento das estratégias dessa luta.

---

<sup>11</sup> No sentido corrente do termo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bourdieu, P. (1983) Razões práticas. São Paulo: Ática.
- Costa, L. (1995). Lúcio Costa: registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes.
- Ferro, S. (1982). O canteiro e o desenho. São Paulo: Projeto Editores Associados.
- Fernandes, E. (2008). Reforma urbana e reforma jurídica no Brasil: duas questões para reflexão. In: Costa, G. M., Mendonça, J. G. (Org.) Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas, Belo Horizonte, C/Arte.
- Fix, M. (2007). São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Jovchelovitch, S. (2000). Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes.
- Kowarich, L. (1979). A espoliação urbana.
- Lefèbvre, H. (1991). The production of space. Oxford: Blackwell Publishing.
- Lelis, N. (2007)a. Por uma teoria instável: pensamento e não-pensamento em arquitetura e o caso de Bernard Tshumi. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais – EAU/UFMG. Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Lelis, N. (2007)b. Sutilezas da vida urbana. In: Arquitetura (Belo Horizonte). V.04, p.148 - 188, 2007.
- Lelis, N. (2013). Regularização, regulação e o Estado: entre a política e a polícia. In: XV Encontro Nacional da ANPUR, Recife. XV ENANPUR: Anais... Anais do. Recife (PE): Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Publicação em CD.
- Lelis, N. (2015) Do momento-espaço político: o momento político e o espaço diferencial. In: Costa, G M.; Costa, H. S.M.; Monte-Mór, R.L.M. (Org). Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte.
- Maricato, E. (2000). As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: Arantes, O. et al. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes.
- Maricato, E. (2004.) Habitação e cidade. São Paulo: Atual.
- Marins, P. C. G. (1998). Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: Sevcenko, N. (Org). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. Vol. 3.
- Martins, J. S. (2010). O cativo da terra. 9ª. Ed. São Paulo: Contexto.
- Moscovici, S (1978). A representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.
- Rago, M. L. (1987). Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Rancière, J. (2005). A partilha do sensível: estética e política.. São Paulo: Ed. 34; Exo experimental org.
- Rancière, J. (1996). O desentendimento: política e filosofia. São Paulo: Ed. 34.
- Santos, R. E. (2008). A armação do concreto no Brasil: história da difusão do sistema construtivo concreto armado e da construção de sua hegemonia. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – FALE/UFMG. Belo Horizonte, Minas Gerais.
- Stevens, G. (2003). O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção em arquitetura. Brasília: UnB.
- Shimbo, L. (2012) Habitação social de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Belo Horizonte: C/Arte.

## AUTORA

Natália Lelis, doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Viçosa - UFV. Parecerista de periódicos (ISSN: 2316-1752) e (ISSN2318-2962). Membro da Rede Iberoamericana PROTERRA e do IRGLUS – International Research Group on Law and Urban Space. Consultora em planejamento urbano e regularização fundiária.